

VI Cinform

NOVAS TECNOLOGIAS, MUNDIALIZAÇÃO E CONTEÚDOS LOCAIS

CARLOS F. de B. D'ANDRÉA *
(carlosdand@hotmail.com)

RESUMO

A facilidade e rapidez com que ocorrem as transmissões de dados através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) precipitaram no final do século XX uma interligação imediata de regiões geograficamente distantes, colocando frente a frente culturas com características próprias. A veloz e ampla distribuição de informações através das TICs é muitas vezes apontada como fator agravante para uma homogeneização cultural de diferentes populações, que estão cada vez mais expostas a informações de alcance mundial. Podemos notar, no entanto, que a constituição e divulgação de informações de “interesse mundial” tem provocado, como fator de resistência, uma grande valorização de características locais, isto é, aquelas que são típicas e únicas do tempo e espaço físicos compartilhados pelos moradores de um país ou região. Nesse processo de reconstrução das características locais, comunidades que habitam um espaço comum ou indivíduos que tenham interesse nos acontecimentos dessa localidade podem recorrer às novas tecnologias para reativarem as ligações que os identificam. Para que assumam uma posição participativa no contexto da Sociedade da Informação, é preciso que um grupo de pessoas com interesses comuns não só tenha acesso e compartilhe de informações contidas na internet ou outras redes informacionais, mas também marque seu lugar no espaço global, produzindo ativamente seus próprios web sites, por exemplo. No caso de regiões geográficas delimitadas, destaca-se a importância dos chamados conteúdos locais, que passam a caracterizar uma localidade na World Wide Web e tornam-se um instrumento de participação social dos envolvidos. Considerando sua importância não só cultural, mas também política e econômica, a produção e disseminação de conteúdos locais para a inserção na Sociedade da Informação são assuntos recorrentes em documentos e cartas de intenções produzidas por organismos governamentais e internacionais nos últimos anos. Na prática, no entanto, nota-se uma enorme dificuldade de se conceber e implementar ações nesse sentido.

Palavras-chave: Novas Tecnologias; Conteúdos Locais; Inclusão Digital; Mundialização; Sociedade da Informação

* Mestre em Ciência da Informação (ECI/UFMG) e professor do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte/MG.

A facilidade e rapidez com que ocorrem as transmissões de dados através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) precipitaram no final do século XX uma interligação imediata de regiões geograficamente distantes, colocando frente a frente hábitos, línguas, crenças, enfim, culturas com características próprias. Trocas informacionais através dos meios eletrônicos tornaram-se a tônica do contato entre indivíduos munidos dos equipamentos necessários e algum tema que os aproxime.

É importante identificarmos nesse processo um esvaziamento e rompimento entre o tempo e espaço reais, conforme alguns conceitos propostos por Giddens (1991, p.29) para analisar a sociedade moderna. Para o autor, hoje as relações interpessoais têm como característica o *desencaixe*, ou seja, um “deslocamento’ das relações de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. O *desencaixe*, segundo Giddens, acontece através de dois mecanismos: fichas simbólicas (convenções que passam a valer o que é atribuído a elas, como o dinheiro) e sistemas peritos, que são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social que vivemos hoje” (p.35). Esses mecanismos ganham força decisiva nas sociedades modernas devido à “confiança”¹ atribuída a eles pelos sujeitos e instituições, o que deve-se ao forte vínculo que estabelecemos com as estruturas sociais.

Para que haja uma aproximação de um sujeito ou comunidade com seu tempo-espaço, é preciso que haja um *reencaixe*, ou uma “reapropriação ou remodelação de relações sociais encaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial e transitoriamente) a condições de tempo e lugar”. Isto acontece em compromissos com rosto (com conexões sociais estabelecidas em circunstâncias de co-presença) e sem rosto (desenvolvimento de fé em fichas simbólicas ou sistemas peritos).

Paim & Nehmy (1998) buscam nas reflexões de Giddens argumentos que contribuam para uma importante área da Ciência da Informação, a avaliação de informações. Partindo do pressuposto que esses conceitos contribuem para “clarear o lugar de interação entre o sistema de informação e o usuário”, as autoras afirmam que “a informação submetida à seleção e ao tratamento constituiria um sistema técnico-científico com características próprias de mecanismos de *desencaixe/reencaixe*, sofrendo as determinações de anonimato e impessoalidade em sua relação com leigos”.

¹ “Confiança” é definida como “crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos” (p.41).

Considerando os sistemas de informação como ferramentas técnicas através das quais os sujeitos podem reativar sua ligação com um tempo-espaço específico, concluem que eles “podem ser apreendidos como sistemas peritos, submetidos aos mesmos condicionantes dos demais” (p. 86).

Assim, os sistemas podem ser considerados fontes de informação para pessoas localizadas em espaços e tempos diferentes ou mesmo para moradores de uma mesma localidade, além de serem um importante instrumento de comunicação. Nesse processo de reencaixe, a facilidade de comunicação e troca de informações através das novas tecnologias permite que pessoas situadas nos mais remotos territórios consigam acompanhar de perto os acontecimentos e novidades de outras culturas, acelerando um processo de “hibridização” que caracteriza a cultura atual (Canclini, 1997).

A veloz e ampla distribuição de informações através das TICs é muitas vezes apontada como fator agravante para uma homogeneização cultural de diferentes populações, que expostas a valores de povos economicamente mais poderosos, seriam rapidamente “seduzidas” pelos valores de consumo e mercado de impacto global (Poster, 2003; Santos, M. 2002). Ianni (1999, p.43) nota que “são várias as implicações da globalização que afetam direta e indiretamente o âmbito da cultura e do imaginário, provocando desafios, debates, pesquisas e aflições relacionadas com a problemática da ‘cultura nacional’, do ‘patrimônio cultural nacional’ ou da ‘identidade cultural’, entre outros temas”.

É fundamental identificarmos, no entanto, que a constituição e divulgação de informações de “interesse mundial” tem provocado, como fator de resistência, uma grande valorização de características locais, isto é, aquelas que são típicas e únicas do tempo e espaço físicos compartilhados pelos moradores de um país ou região.

Ianni (1999) faz uma importante distinção entre os conceitos de nacionalismo e regionalismo. Enquanto o primeiro se baseia nos limites geográficos que separam os países, sendo uma construção histórica muitas vezes baseada em critérios aleatórios, o regionalismo é definido por uma cultura comum que identifica um grupo.

Assim, se o nacionalismo está ameaçado pelo enfraquecimento das fronteiras, pois muitas vezes não possui peculiaridades e coesão suficientes para minimizar os impactos dos avanços informacionais sobre suas fronteiras, o regionalismo ganha importância e espaço quando o grupo identifica a necessidade de reforçar suas características locais e a partir delas definir sua inserção no âmbito global. Nas palavras de Ianni (1999, p.46), “o regionalismo situa-se precisamente no contraponto nacionalismo e globalismo”.

Este contrapeso igualmente é destacado por Santos, M. (2002, p.109), que ao apresentar movimentos sociais de resistência ao desigual processo de globalização vivido atualmente, discute a importância das chamadas zonas de horizontalidades, por ele definidas como os “espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem também um fator de produção”. Segundo o autor, comunidades que compartilham ou trabalham em função de um mesmo espaço/tempo desenvolvem uma solidariedade comum e tornam-se capazes de resistir aos poderes hegemônicos que atuam para adaptação dos “comportamentos locais aos interesses globais” - as chamadas *verticalidades* (p.105).

Castells (2002, p. 518) formula conceitos semelhantes: o espaço de fluxos e de lugares. O primeiro, através de redes, favorece a interação entre pessoas e instituições dominantes, unidas por interesses políticos e econômicos comuns, mas fisicamente separadas. Já o espaço de lugares baseia-se em interações cotidianas com um ambiente físico delimitado, onde a maioria das pessoas vivencia suas experiências, embora cada vez mais submetidas aos fluxos globais. Para o autor, a resistência dos lugares à interconexão massificadora pode acontecer pela construção de “pontes culturais, políticas e físicas entre essas duas formas de espaço”.

Acreditamos que a consolidação das zonas de horizontalidade e espaço de lugares, embora tenham como premissa o compartilhamento de um ambiente comum, pode acontecer com o reforço decisivo das TICs. No processo de valorização e reconstrução das características locais, comunidades que habitam um espaço comum ou indivíduos que tenham interesse nos acontecimentos dessa localidade podem recorrer às novas tecnologias para reativarem as ligações que os identificam. Como afirma Smith *apud* Held & McGrew (2001, p.42), as novas redes eletrônicas de comunicação e a tecnologia da informação “possibilitam uma interação mais densa e mais intensa entre os integrantes de comunidades que compartilham características comuns, em especial a língua”, o que contribui para “intensificar e reavivar as formas e fontes tradicionais da vida nacional”.

Nesse contexto, um site na internet, por exemplo, pode atuar como uma importante ferramenta para o registro e construção permanente da cultura própria de uma localidade e na sua divulgação a sujeitos externos, possibilitando o processo de “reencaixe” descrito por Giddens ao mesmo tempo reforça e reconstrói os vínculos entre os sujeitos interessados. Nas palavras de Castells (2003), “a liberdade de contornar a cultura global para atingir sua identidade local funda-se com a internet, a rede global da comunicação local” (p.162).

CONTEÚDOS LOCAIS

Para que assuma uma posição participativa no contexto da Sociedade da Informação, é preciso que um grupo de pessoas com interesses comuns não só tenha acesso e compartilhe de informações contidas na internet ou outras redes informacionais, mas também marque seu lugar no espaço global.

Para isso, é fundamental que os envolvidos registrem e divulguem informações relativas aos temas de seu interesse, visando preservar e debatê-lo. Na literatura especializada, atribui-se ao produto deste registro o nome de “conteúdo local”. Segundo definição contida em relatório financiado pelo United Kingdom Department for International Development (DFID), conteúdo local é “a expressão do conhecimento pertencente e adaptado de uma comunidade, definida por sua localização, cultura, linguagem ou área de interesse” (Ballantyne: 2002, 5).

Esta definição extrapola a idéia de um conteúdo produzido em, sobre ou para uma comunidade específica e destaca a importância do material ser produzido pela própria comunidade, tornando-se assim um instrumento de participação social. Não se trata, portanto, de somente produzir ou disponibilizar conteúdos na língua pátria e/ou sobre as características e peculiaridades de uma comunidade, mas também investir na representação de uma identidade negociada e mutante com a qual os usuários colaborem e através da qual se reconheçam².

Para identificar as possíveis formas de articulação dos conteúdos locais com suas audiências, o autor elaborou um quadro (FIG.1), através do qual podemos visualizar as diferentes relações entre os processos de elaboração e de expressão dos conteúdos locais.

Nos quadrantes superiores, estão representados os conteúdos de expressão global, em geral produzidos por grandes corporações transnacionais, que podem ser transmitidos em escala mundial (quadrante superior direito) ou veiculados diretamente para audiência específicas (quadrante superior esquerdo).

Enquanto no quadrante inferior esquerdo estão representados os conteúdos de interesse e alcance locais, como histórias orais ou veiculadas em redes de alcance restrito, o autor afirma que é no quadrante inferior direito, marcado pela difusão global de conteúdos de

² Acreditamos que esta posição adequa-se inclusive às atuais discussões sobre “inclusão digital”, que atualmente centram-se apenas na importância do acesso aos meios tecnológicos e no resgate da educação formal para desenvolvimento da capacidade cognitiva e do senso crítico.

características locais, que devem concentrar-se os esforços que visem dar visibilidade e poder de influência a características regionais.

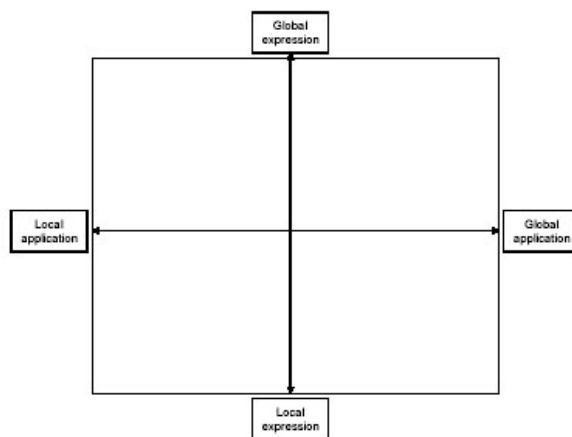


Figura 1 – Extraída de Ballantyne (2002, p. 9).

Posição semelhante é defendida por Gómez (1997, p.17), que ao discutir os espaços e possibilidades que se abrem no processo de globalização, destaca a necessidade de “dar acesso às fontes locais para os atores locais, mas também estabelecer conexões entre o espaço local e as redes, com dois tipos de procedimentos: a) extrativos, para que os atores locais se apropriem das informações disponíveis na rede, b) produtivos, para que os atores locais confirmem sua presença argumentativa, econômica e política no espaço das redes”.

A internet possibilitou que, potencialmente, os usuários que têm acesso à rede de computadores tornem-se também produtores de conteúdos. Devido à facilidade de publicação e acesso às informações, a rede mundial de computadores pode ser considerada um espaço privilegiado para que os atores descritos por Gómez produzam e publiquem informações relativas aos seus interesses e especificidades. Em outras palavras, é disponibilizando através de sites seus conteúdos próprios que os grupos de interesse, sejam eles um país, uma cidade ou uma comunidade de alguma área do conhecimento podem marcar seu espaço na imensa teia da World Wide Web.

Segundo Miranda (2000, p.81), o volume de conteúdos operados por um país passa a influenciar não apenas o desenvolvimento do país e seus moradores, mas também “sua capacidade de influenciar e posicionar a sua população no futuro da sociedade humana”. Considerando esta importância, a produção e disseminação de conteúdos locais para a inserção na Sociedade da Informação são assuntos recorrentes em documentos e cartas de intenções produzidas por organismos governamentais e internacionais nos últimos anos.

O quinto capítulo do Livro Verde da Sociedade da Informação, produção coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 1999, chama-se “Conteúdos e identidade cultural” e recomenda um grande esforço para disponibilizar em produtos e serviços os conteúdos produzidos e armazenados de modo disperso e descentralizado. A organização de acervos de informações é vista como fator relevante para o desenvolvimento nacional:

é por meio da operação de redes de conteúdos que a sociedade vai mover-se para a sociedade da informação. E a força motriz para a formação e disseminação dessas redes reside na eficiência das decisões coletivas e individuais em relação aos conteúdos, que se constituem, ao mesmo tempo, em meio e fim da gestão da informação e do conhecimento na sociedade da informação (Brasil: 1999, 59)

O Livro Verde aponta como dificuldades para implementação de uma política nacional o “alto custo da digitalização de acervos e as diferenças das técnicas que envolvem a preparação de bases de dados a partir de formatos diversos” (Brasil, 1999: 61). O apoio à pesquisa em tecnologia de produção e comunicação de conteúdos, a capacitação para uso das novas tecnologias e a participação das instituições culturais públicas são outros fatores importantes apontados pelo documento.

Entre as ações estruturadoras recomendadas, destacamos a importância de se “promover a criação e organização de *sites*, páginas e portais de interesse comunitário, que sirvam de referência cultural sobre os nossos estados, municípios, distritos, povoados e mesmo bairros periféricos, como forma de organização e ação cultural”.

Já a declaração de princípios produzida pela Cúpula Mundial pela Sociedade da Informação, ocorrida em dezembro de 2003 em Genebra (Suíça) sob a tutela da Unesco, inclui um artigo sobre “Diversidade cultural, diversidade lingüística e conteúdo local”. Segundo o registro, a identidade cultural, diversidade cultural e lingüística, tradições e religiões e diálogos entre culturas e civilizações devem ser a base da inserção dos países na Sociedade da Informação. Para esse posicionamento efetivar-se, destaca-se a importância da criação, disseminação e preservação de conteúdos educacionais, científicos, culturais ou de recreação em línguas e formatos diversos (Unesco: 2003a). Também neste documento o item é analisado não só sob a perspectiva da preservação da memória e identidades culturais, mas ainda como um fator de desenvolvimento social e econômico para as regiões.

O Plano de Ações proposto na Cúpula inclui recomendações para o item, como a criação de políticas nacionais que contemplem a preservação da diversidade e patrimônio

cultural e lingüístico e a produção local (favorecendo inclusive o desenvolvimento de indústrias regionais), o desenvolvimento de sistemas que garantam o acesso aos arquivos digitais e conteúdo multimídia e o suporte a projetos de comunicação baseados nas comunidades locais (Unesco 2003b). A parceria entre o setor público e privado é estimulada pelo documento. Vale lembrar que a fase final da Cúpula acontece na cidade de Tunis, na Tunísia, em novembro de 2005.

Apesar dos documentos oficiais deixarem clara a importância da implementação de sites com conteúdos locais para uma efetiva participação dos países na Sociedade da Informação, a realidade aponta uma enorme dificuldade de se conceber e implementar ações nesse sentido. O tema sequer tem sido citado ou considerado em amplas pesquisas que visam mensurar os impactos das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos diferentes países, gerando uma preocupante falta de dados e tendências de ações.

Por exemplo, uma ampla pesquisa chamada ITU Digital Access Index e realizada pela International Telecommunication Union (ITU), órgão vinculado à Unesco, desconsiderou a disponibilização ou uso de conteúdos locais como item para mensurar a inclusão de países na Sociedade da Informação. A pesquisa alcançou 178 países e levou em consideração 5 grupos de critérios: infra-estrutura, custo da produção, a educação formal dos usuários, a velocidade de conexão e o número de usuários de cada país (International Telecommunication Union, 2003). Nota-se que o ITU foi responsável pela Cúpula Mundial pela Sociedade da Informação, cujas conclusões foram apontadas anteriormente

Embora seja reconhecida a importância do tema já recorrente em documentos oficiais, atualmente são poucos os dados, pesquisas e ações sistemáticas que visam incentivar a produção e disseminação de conteúdos locais. Esta conclusão é confirmada por Ballantine (2002, p.2): “enquanto a importância do ‘conteúdo local’ tem sido considerada em encontros internacionais, são esparsas as iniciativas concretas nessa área”. Para o autor, entre as ações necessárias para reversão desta situação, destaca-se a necessidade de estimular a criação e comunicação de conteúdos eletrônicos para uso local e global, o que, em última instância, pode significar a consolidação, através da participação ativa da comunidade em questão, das “pontes” citadas por Castells para descrever uma interligação equilibrada entre os planos regionais e globais.

REFERÊNCIAS

BALLANTYNE, Peter. *Collecting and Propagating Local Development Content - Synthesis and Conclusions*. Research Report, n. 7, mai. 2002. Disponível em <www.ftpiicd.org/files/research/reports/report7.pdf>. Acesso em 25 jan. 2005.

BRASIL. *Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

CANCLINI, N.G. *Culturas Híbridas*. S. Paulo: Edusp, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1: A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 459 p.

_____. *A galáxia da Internet*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

D'ANDRÉA, Carlos F. de B. *Estratégias de Organização e Produção de Informações na WWW: uma análise de sites turísticos*. 2005. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMÉZ, Maria Nélide. A Globalização e os novos espaços da informação. *Informare – Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, v.3, n.1/2, p.8-22, jan.dez. 1997

IANNI, Octavio. Nacionalismo, Regionalismo e Globalismo. In: BOLANO, César R.S. *Globalização e regionalização das Comunicações*. São Paulo: EDUC/UFS, 1999. p.29-50.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. *ITU Digital Access Index* (2003). Disponível em <http://www.itu.int/newsarchive/press_releases/2003/30.html>. Acesso em 22 jan. 2004

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa Maria Q. Questões sobre a avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. *Perspect. Cienc Inf.*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.81-95, jul/dez.

POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 317-338.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SMITH, A. D. Towards a global culture?. IN: FEATHERSTONE, M (org.). *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres: Sage, 1990 *apud* HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

UNESCO. *Declaration of principles. Building the Information Society: a global challenge in the new Millennium* (2003a). Disponível em <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0004!!PDF-E.pdf>

_____. *Plan of action. World Summit on the Information Society* (2003b). Disponível em <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0005!!PDF-E.pdf>